

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: União estuda reduzir royalties em áreas ainda pouco exploradas.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Fórum de Davos põe o capitalismo no divã com nova agenda	4
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	5
Título: Redes inteligentes economizam energia	5
Título: De olho na sustentabilidade	8
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Um novo final para a tragédia de Mariana	10
Título: Nova tarifa pode ajudar retomada de Angra 3.....	12
Título: Eletronuclear vai pedir indenização por corrupção.....	15
Título: Expectativa sobre renovação de usina puxa ações da Cesp	16
Título: Estrangeiros sondam usinas no Brasil.....	17
Título: Preço dos ativos é fator de atração	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: União estuda reduzir royalties em áreas ainda pouco exploradas**

Queda de alíquota pode valer para 1a. Rodada que deve ocorrer este ano.

O governo federal avalia alterar a tributação de campos de petróleo para aumentar a atratividade de regiões pouco exploradas. A ideia é incentivar essas áreas menos conhecidas, e, conseqüentemente, com mais risco, reduzindo a alíquota de 10% de royalties da produção. Pela lei 9.487, de 1997, e sua posterior regulamentação, a alíquota pode ser estabelecida para cada bloco leiloadado em um intervalo entre 5% e 10%. Mas, tradicionalmente, é cobrada sempre pelo teto. As únicas exceções foram na chamada Rodada Zero, logo no início das concessões.

O governo sabe que essa alteração, inspirada no modelo mexicano, depende de acordos federativos com estados e municípios, com quem os royalties são divididos. Mas a União entende que alguns desses governos também poderão aceitar receber menos para que investidores venham a descobrir petróleo em suas regiões, dividindo o risco e estimulando o desenvolvimento.

— Tem de ser um jogo de ganha-ganha — ressaltou ao GLOBO Márcio Felix, secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), referindo-se às discussões com os entes federativos. A redução das alíquotas de royalties faria mais sentido, por exemplo, para áreas como as regiões em terra do Acre (Bacia da Bolívia) e do Mato Grosso do Sul (Bacia do Paraná) e no mar do Rio Grande do Sul (Bacia de Pelotas) e posterior à foz do rio Amazonas. Áreas no Rio, já conhecidas, devem permanecer com as alíquotas atuais.

Se aprovada a ideia pelos envolvidos, há possibilidade de se implantar alíquotas de royalties abaixo de 10% já no leilão da 14s Rodada, que deve ser realizado este ano. O governo pode propor o modelo na audiência pública do edital a ser publicado neste semestre. — É uma questão importante a se levantar, é um instrumento de incentivo em um momento que queremos que a indústria se recupere, principalmente no onshore (campos em terra) — ressaltou Felix.

Tamanha é a padronização da cobrança de royalties em 10% que, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), em 2016, o volume pago em royalties pelas operadoras é praticamente o mesmo até o piso de 5% e acima disso. Em dezembro, por exemplo, o valor pago foi de R\$ 1,196 bilhão e, desse total,

50,5% referem-se a valores pagos até a alíquota de 5% e 49,5% provêm do que foi pago de royalties excedentes aos 5% mínimos.

Também como sinal de melhora no ambiente de negócios, nesta quarta-feira, um grupo de trabalho será instalado no MME para elaborar uma nova política para exploração e produção de petróleo e gás no Brasil, a primeira desde 2003. Entre os componentes desse plano estará a definição de áreas a serem incentivadas e um calendário plurianual de leilões.

PLANO DE LONGO PRAZO

O plano é música para os ouvidos das operadoras e para a indústria que fornece componentes, porque dá previsibilidade ao setor. Isso é fundamental para um planejamento de longo prazo das empresas, que costumam promover investimentos para décadas. As discussões também devem caminhar para uma oferta permanente de campos em terra, disponíveis de maneira simplificada para quem quiser explorá-los.

Segundo Felix, o governo procura aumentar o número de operadores de petróleo no país de cerca de 25 para mais de cem. A inspiração é a vizinha Argentina, onde a atuação é muito mais competitiva.

O plano terá um horizonte de cinco anos, sendo revisto a cada ano, com sinalizações para até uma década. De acordo com o secretário, para se manter a longevidade da indústria do petróleo no país, é preciso oferecer sempre áreas para exploração. O governo avalia também ouvir mais as sugestões dos operadores sobre quais áreas atrairiam interesse.

Objetivamente, o plano de exploração vai ter itens como a exploração em terra (onshore), as novas fronteiras a serem exploradas, áreas maduras — como campos em terra no Nordeste e de Marlim, na Bacia de Campos —, a estratégia de exploração do pré-sal, a política para o gás natural e o calendário de leilões. E ainda indicar a realização de leilão de área do pré-sal ou de campo que venha atrair grandes operadoras já no primeiro semestre de 2018.

Para Antonio Guimarães, secretário-executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), o plano a ser elaborado pelo MME é o que o setor sempre defendeu: — É excelente e é bem-vindo, com a definição clara de diretrizes, o governo poderá se mover melhor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Clóvis Rossi**Título:** Fórum de Davos põe o capitalismo no divã com nova agenda

O Fórum Econômico Mundial de Davos, o convescote anual da elite planetária, vai, a partir desta segunda-feira (16), colocar o capitalismo no divã.

A principal evidência de que estão perplexos os capitalistas, que formam a nata dos que se encontram todo janeiro na cidadezinha suíça encravada nos Alpes, é a divulgação nesta segunda, véspera do início oficial do Fórum, de um relatório que propõe "uma nova agenda de crescimento e desenvolvimento".

Não, não sai o mercado a força que hoje monopoliza a agenda—, mas entra o "povo", palavra que raramente frequenta Davos.

Diz o texto do Fórum que é preciso colocar "padrões medianos de vida isto é, o povo— no centro das estratégias nacionais de desenvolvimento e da integração econômica internacional".

Não se trata de jogar fora o receituário tradicional, dito neoliberal, caracterizado pelo predomínio avassalador dos mercados, pela austeridade e pelo livre-comércio.

Mas se trata de equilibrar melhor as coisas, incluindo na receita "esforços combinados para difundir oportunidades, renda, segurança e qualidade de vida, isto é, padrões de vida como parte do processo de crescimento".

Que o receituário hoje hegemônico não está funcionando direito assinala-o até Klaus Schwab, o criador do Fórum Econômico Mundial e, como tal, anfitrião das mais de 3.000 personalidades que se reunirão em Davos.

"Está claro que, hoje, as coisas não estão indo bem para essa visão aberta e pragmática de progresso. Líderes têm sido demonizados como 'a elite'. Interdependência é vista como fraqueza. O nacionalismo foi reciclado para forjar novas e mais duras identidades. A retórica antiglobalização está ameaçando a economia colaborativa e as estruturas comerciais que trouxeram tanto progresso ao integrar o mundo em desenvolvimento com o desenvolvido", escreveu para o "Financial Times". (...)

Sem Temer, Meirelles e Ilan vão à suíça

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, estarão no Fórum Econômico Mundial de Davos, nesta semana. O

presidente Michel Temer decidiu não ir à Suíça, entre outros motivos, em razão do processo de sucessão na presidência da Câmara dos Deputados. Também vão representar o governo brasileiro os ministros Fernando Coelho Filho (Minas e Energia) e Marcos Pereira (Indústria, Comércio Exterior e Serviços).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Redes inteligentes economizam energia

As novas tecnologias que vão moldar o futuro, como o uso de robôs, carros autônomos e a internet das coisas prometem revolucionar a vida diária. No entanto, por mais fascinantes que sejam, elas de nada adiantarão se faltar energia. A preocupação com a geração e a distribuição de eletricidade é fundamental para manter o novo mundo digital em funcionamento. As redes inteligentes de energia — smart grids, em inglês — garantem uma arquitetura de distribuição elétrica mais segura, conectando todos os usuários da cadeia e proporcionando soluções mais eficientes, como geração sustentável e consumo consciente.

O conceito de rede inteligente parte do princípio de que o fluxo de energia elétrica e de informações se dá de forma bidirecional. Assim, a energia tradicionalmente gerada e distribuída a partir de instalações das concessionárias poderá, também, ser produzida e integrada às redes elétricas a partir de unidades consumidoras, como fábricas, lojas e residências. A tecnologia permite desligamentos e religamentos remotos e a detecção de falhas na rede. Com ela, as concessionárias podem oferecer tarifas diferenciadas e flexíveis, dispensar os leituristas e eliminar ligações clandestinas.

Para Raul Colcher, especialista do Instituto de Engenheiros Elétricos e Eletrônicos (IEEE), a implementação de smart grids está em fase inicial no Brasil, mas já existem investimentos privados no desenvolvimento de medidores, que são dispositivos essenciais à viabilização de redes inteligentes de distribuição. “Ainda há necessidade de regulamentar as tarifas, que sinalizam os custos de capacidade das redes. Elas são a base de mudança do comportamento das pessoas para que haja consumo consciente de energia”, afirma.

Na opinião de Gadner Vieira, gerente-geral da Silver Spring Networks no Brasil, o país passa por um momento de transformação. “Os avanços começaram pela energia porque ela é cada vez mais escassa e importante”, diz. “Começou nos medidores, depois passou para transmissão, permitindo aplicações em veículos elétricos, painéis solares. E vem migrando para outras aplicações. As cidades

estão se tornando inteligentes, com novos conceitos de iluminação pública, equipamentos led e dimerização (diminuição da intensidade conforme a necessidade para economizar energia)”, explica.

Vieira destaca que foi a partir das redes inteligentes que a internet das coisas (IoT, sigla em inglês para Internet of Things) se materializou, utilizando a mesma tecnologia em eletrodomésticos, sensores que cuidam de irrigação de jardins, latas de lixo que avisam quando estão cheias, câmeras que mandam alarmes e outras inovações. “A smart grid foi a primeira aplicação em cima da filosofia da internet das coisas, porque os medidores falam com outros equipamentos e tomam decisões”.

O uso se intensificou na véspera da Copa do Mundo no Brasil, com o desafio de garantir que não faltasse luz nas cidades-sede. “Foram feitos testes, com a colocação de 700 pontos. Depois dos benefícios, a rede foi ampliada para mais de 3,7 mil pontos”, ressalta Vieira. No Brasil, a Silver Spring Networks trabalhou em conjunto com a CPFL, por três anos, para automatizar chaves e sensores de distribuição de energia.

Como a infraestrutura de distribuição é antiga no país, quando consumidores passam a gerar energia a partir de painéis solares, a medição se torna um problema para as concessionárias. “É preciso identificar quando ele está injetando e quando está consumindo energia. Além disso, é necessário haver controle para que a injeção não cause distúrbio para os vizinhos, afetando tensão e a corrente”, assinala. Só com uma rede inteligente, como as que já existem em Paris, Estocolmo, Copenhague, Glasgow e Miami, é possível gerenciar tudo isso e ainda agregar o controle da iluminação pública e dos semáforos.

Custos em queda

O diretor da empresa de projetos luminotécnicos AMX Brasília, Márcio Simas, explica que as redes inteligentes permitem a automação da iluminação dos ambientes ou escritórios, fábricas, aeroportos, trazendo benefícios ao meio ambiente e contribuindo diretamente com a eficiência energética. “Com o aumento da utilização dessa tecnologia em escala mundial e a expansão da oferta por mais fornecedores, os custos dos equipamentos estão caindo”, diz Simas. A aplicação em indústrias, grandes empreendimentos e até em residências é cada vez mais viável, estimulando a procura das pessoas por sistemas mais ecológicos.

Instalações obsoletas

A tecnologia de redes inteligentes é ótima, mas o Brasil ainda precisa evoluir muito nesse campo, segundo Marco Afonso, especialista em infraestrutura da

CGI. “As redes básicas do país têm 40 ou 50 anos. A maioria nem sequer tem bom isolamento, haja vista que qualquer chuvinha abala o fornecimento de energia. Precisamos primeiro vencer a obsolescência das nossas redes básicas para mitigar as interrupções”, alerta.

Para Afonso, o governo precisa regulamentar e definir qual será a estratégia de remuneração das concessionárias que investirem em redes inteligentes. “O investimento é alto e não pode ser repassado integralmente de uma vez só para os consumidores”, adverte. E o Brasil, assinala, está muito atrasado. “Não dá para imaginar uma substituição maciça de medidores num país em que as empresas de energia estão extremamente endividadas”, ressalta.

A tecnologia está sendo largamente difundida em países da Europa, onde o número de veículos elétricos cresce de forma exponencial. “Isso implica recarregar os carros. Hoje, a gente monitora mais de 8 mil eletropostos na Escandinávia. O nosso sistema inteligente faz toda a medição, inclusive descontando o pagamento na conta de energia do cliente. Mas essa realidade vai demorar para chegar ao Brasil”, lamenta Afonso.

Pioneirismo

Em meio ao atraso brasileiro, a cidade paulista de São Luiz do Paraitinga saiu na frente e recebeu um moderno sistema de iluminação, semelhante ao que existe em Paris. A iniciativa engloba medição inteligente, geração distribuída, uso de veículos elétricos e iluminação pública, com a adoção de luminárias led e sistema de telegestão. A novidade vai permitir uma redução de 54%, para os cofres públicos, nos custos de manutenção e de consumo de energia. Além disso, o sistema tem menor impacto ambiental que o das redes tradicionais.

O projeto inclui a instalação de painéis solares para a geração de eletricidade em prédios públicos e de 6 mil medidores inteligentes em todo o município, que permitirão aos clientes acompanhar o consumo pela internet. Todos os pontos de iluminação pública são monitorados em tempo real, por meio de um controlador instalado nas luminárias. O sistema de gerenciamento permite ligar, desligar e verificar a situação de cada ponto da rede, além da possibilitar a elaboração de relatórios sobre o consumo.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Hamilton Ferrari****Título: De olho na sustentabilidade**

O cuidado com o meio ambiente é uma preocupação que deve se intensificar no futuro. Ter uma casa totalmente sustentável era o plano do assessor técnico Pedro Paranaguá, 39 anos, da Eco Casa Solar. Sozinho, ele projetou todos os sistemas da sua residência. Durante o dia, não é preciso ligar nenhuma lâmpada da casa, que tem três quartos, uma suíte, closet e escritório. “Desde criança, sou ligado à sustentabilidade. Projetei a casa para receber luz natural durante todo o dia, e também tenho placas para gerar energia elétrica”, conta.

Todos os materiais escolhidos por Pedro foram pesquisados cuidadosamente. Os tijolos de adobe e as telhas shingle, usados na construção, por exemplo, são feitos de barro e não emitem gás carbônico na atmosfera, além de contribuir para manter a temperatura no interior. “Nos dias quentes, o ar dentro da casa é fresco, já que a terra demora mais para absorver e liberar calor. À noite, a temperatura permanece, mesmo que lá fora esteja frio, por ser uma área de muitas árvores”, explica.

A casa possui placas de energia solar para aquecer água e também as fotovoltaicas, ligadas à rede da CEB, para geração de energia elétrica. Todos os eletrodomésticos e lâmpadas, geladeira, ferro de passar, máquina de lavar, liquidificador, torradeira e televisão funcionam movidos pela luz solar. O investimento foi de R\$ 8 mil, há dois anos. Pedro paga apenas o valor mínimo da conta. “Não tenho o aparelho que mede a quantidade acumulada, porque meu sistema é pequeno. Mas sei que não gasto mais do que estou gerando. O que pago de condomínio e taxa, em um ano, é mais do que gastei para instalar o sistema”, argumenta. Pensando em um consumo consciente, ele escolheu uma geladeira média, com freezer interno, e optou por uma máquina de lavar pequena, que só é usada duas vezes por semana.

Toda a água utilizada na casa é reaproveitada. O que é usado nas pias, chuveiros, máquina de lavar e tanque, cerca de 80% do total consumido na residência, vai para o jardim, em um sistema de irrigação por gotejamento. Os demais 20% são da chamada água negra dos vasos sanitários, que alimentam saudáveis bananeiras, por meio de uma fossa manual construída por Pedro, já que a casa não possui rede de esgoto.

Entre as energias do futuro, as fontes solar e eólica são as comercialmente mais fortes, no entender de Álvaro Quadrado, engenheiro da FTP Green. Ele lembra

que há fontes como biogás, que utiliza substâncias poluentes, como dejetos de animais, para a geração de energia. Apesar do efeito estufa, ela é considerada renovável. “O biogás é economicamente viável, mas o incentivo é pequeno porque o Brasil é atrasado. Algumas usinas já utilizam essa fonte na Alemanha. Aqui, ainda temos vários aterros sanitários e lixões a céu aberto que poderiam proporcionar geração de energia”, diz.

*Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo

R\$ 8 MIL - Investimento feito por Pedro Paranaguá na compra e montagem dos equipamentos

Abatimento na conta

Charles Renato Barbosa, 26 anos, engenheiro da Luz Soluções Energéticas, explica que, entre as vantagens ecológicas da energia solar, está a diminuição ou mesmo dispensa do fornecimento de rua. Com isso, diminui a necessidade de linhas de transmissão ou de ligação de usinas termoeletricas, poluentes ao meio ambiente. “É uma energia limpa, que exige um investimento um pouco alto, mas é um produto que se paga e se torna viável no futuro”, diz.

Na própria casa, Barbosa adotou o sistema solar fotovoltaico offgrid, que consiste numa rede isolada com abastecimento de uma bateria. Ele é recomendável para lugares com frequentes faltas e picos de luz. “É uma forma de gerar energia silenciosa, em vez de utilizar o gerador, que é poluente e barulhento. Com a energia armazenada nas baterias, eu consigo suprir algumas lâmpadas e tomadas para manter um conforto mínimo”, afirma.

O engenheiro planeja instalar também o sistema solar fotovoltaico ongrid, em que a empresa ou a residência produz energia e transmite para a rede da concessionária, recebendo, em troca, um abatimento na conta de luz. “Vale lembrar que o mecanismo não zera o valor da fatura. Mesmo se o consumo for menor que a geração, o responsável precisa pagar uma taxa mínima”, observa.

Quando se instala o sistema, o medidor tradicional é substituído por um bidirecional, que mensura quanta energia se produziu e quanta se consumiu. “O leitor que vai fazer a conferência compensa automaticamente. Se há produção acima do consumo, o proprietário fica com créditos”, afirma Barbosa. Ele explica ainda que a energia eólica e a solar são complementares às demais fontes.

Fontes como o movimento das marés também são ecológicas, mas com pouca eficiência, ressalta Álvaro Quadrado, engenheiro da FTP Green. “Ela é sustentável porque utiliza uma força natural para produzir energia, mas é pouco

desenvolvida ainda”, diz. Ele afirma que, para disseminar essas novas fontes, são necessários financiamentos com juros baixos. “O ganho ambiental é o que essas energias têm de melhor”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Olavo Machado

Título: Um novo final para a tragédia de Mariana

O Boletim Focus da última semana de 2016 mostra que estamos fechando o ano com desempenho preocupante nos principais indicadores da economia. O Produto Interno Bruto (PIB) registra crescimento negativo ao redor de 3,5% - e a taxa Selic, com 13%, mantém-se campeã em termos globais. A inflação em queda, rumo ao centro da meta, seria o dado auspicioso se também não indicasse o porte da recessão que caminha para o seu terceiro ano. Para 2017, as projeções não indicam melhorias significativas: a inflação permanecerá acima do teto da meta e a economia andar de lado, com crescimento na faixa de 0,5%.

As finanças públicas estão destruídas - um pouco em razão da própria fragilidade da economia, outro tanto em decorrência de práticas fiscais desatreladas da austeridade e do bom senso. Alguns dos principais estados decretaram "estado de calamidade financeira", como o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sem condições de honrar seus compromissos, atrasam salários, postergam repasses para a saúde e parcelam o 13º a perder de vista. No momento da posse dos prefeitos eleitos e reeleitos, a situação dos mais de cinco mil municípios brasileiros não é diferente - com raríssimas e honrosas exceções.

Neste cenário dantesco, ao qual somam-se 12 milhões de pessoas precariamente ocupadas, 12 milhões de desempregados e outro tanto que já desistiu de procurar trabalho, fica absolutamente claro que o país não está em condições de dispensar quaisquer oportunidades de produzir, gerar riqueza e criar empregos. No entanto, é exatamente isso o que ocorre com a Samarco, protagonista do maior desastre ambiental da história do país e que, por isso mesmo, está fechada há mais de um ano - desde 5 de novembro de 2015.

Antecipando-me às críticas que sempre emergem, registro claramente a minha posição e de muitos especialistas que conhecem as dificuldades dos negócios: os responsáveis pela chamada "Tragédia de Mariana" devem ser punidos exemplarmente - e é exatamente o que está acontecendo. Todos devem ter o direito de defesa clara e com base técnica. Erros de engenharia se detectam e corrigem com engenheiros, não com advogados. Na área criminal, a polícia e o

Ministério Público já indiciaram 21 pessoas. Na área civil, ações tramitam normalmente no Judiciário visando proteger as pessoas atingidas com indenizações pertinentes. Na área ambiental, também de acordo com orientações do Ministério Público, as providências vão sendo tomadas de forma a reparar danos decorrentes do rompimento da barragem do Fundão. Aproveitadores de plantão e advogados de ocasião devem ser identificados e punidos, não cabe à empresa repor o que não foi de sua responsabilidade.

Com a efetiva participação e fiscalização das autoridades - do governo federal, de Minas, do Espírito Santo e de dezenas de municípios envolvidos - foi criada a Fundação Renova, que vai comandar a implementação de 41 projetos socioeconômicos ao longo dos próximos dez anos, com investimentos previstos de R\$ 11,5 bilhões, aportados pela Samarco e suas controladoras - a brasileira Vale e a australiana BHP Billinton.

Enfim, todas as medidas necessárias foram tomadas e todos os compromissos assumidos pela Samarco estão resguardados com a assinatura de Termos de Transação e Ajustamento de Conduta. Cabe agora a todos envolvidos e autoridades ajudar, criando as condições para que a empresa e seus acionistas possam cumprir aquilo a que já se dispuseram e que a "Fundação Renova" executará. O fundamental agora é compreender que episódios como este devem ser entendidos em toda a sua extensão. Como já disse, erros, negligência e imprudência devem ser identificados e punidos.

Todas as medidas acauteladoras também precisam ser adotadas, de forma a evitar que acidentes voltem a acontecer. O que não é natural é que posições sectárias (de pessoas que discutem o desemprego dos outros, defendendo o seu) contaminem o debate e impeçam a retomada das atividades da empresa. Afinal, os projetos que precisam ser implantados exigem recursos em grande escala, que, por sua vez, exigem produção e exportação.

É hora de a Samarco voltar a funcionar, a produzir, a gerar renda e milhares de empregos. Estudos realizados por empresas especializadas advertem para vultosos prejuízos econômicos e sociais, a partir de 2017, se a empresa permanecer fechada - com impactos na receita operacional, exportações, emprego, massa de renda e arrecadação tributária.

Nas exportações, o prejuízo mensal será de US\$ 64 milhões - e de US\$ 914 milhões anuais até 2026 (horizonte do estudo realizado); no que se refere ao mercado de trabalho, deixarão de ser gerados quase 20 mil empregos diretos e indiretos em 2017 - 4.111 no Espírito Santo e 14.531 em Minas Gerais. Na área tributária, a inatividade da Samarco representará uma perda média de R\$ 1,2 bilhão anualmente - quase 12 bilhões em dez anos (2016). Para Minas Gerais,

que se encontra em "estado de calamidade financeira", é uma perda inaceitável.

Em 2017, a cada mês que permanecer fechada, a empresa deixa de faturar R\$ 368 milhões, o que corresponde a US\$ 5,3 bilhões anuais e US\$ 52 bilhões nos próximos dez anos. A perda de massa de renda que deixa de circular é, em média, de R\$ 104,5 milhões (mês), R\$ 1,3 bilhão (ano) e R\$ 12, 7 bilhões em dez anos. Mariana e toda a região não merecem mais essa tragédia.

Episódios como o de Mariana devem servir de lição para a construção do futuro. Manter a empresa fechada significa perpetuar os impactos negativos de um desastre lamentável, produzindo novas vítimas, especialmente trabalhadores e pequenos empresários que perdem seus empregos e negócios. Esta é a realidade que nos compete mudar. Uma empresa com 40 anos de mercado, que reconhece e assume os seus erros e se dispõe a corrigi-los está pronta para recomeçar. Como ensina Chico Xavier, "ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo, mas qualquer um pode começar agora e fazer um novo final". Já passamos da hora do diálogo, agora mais do que nunca é "hora de fazer".

Olavo Machado é presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Nova tarifa pode ajudar retomada de Angra 3

A retomada da construção de Angra 3, a terceira usina nuclear brasileira, e a recuperação e a melhoria da governança da Eletronuclear, após operações da Lava-Jato, da Polícia Federal, são os dois principais objetivos de Bruno Barretto, presidente da estatal, para este ano. Com relação à Lava-Jato, a companhia pretende pedir ressarcimento por danos causados por empresas contratadas e por administradores que forem considerados culpados pela Justiça.

Sobre Angra 3, a subsidiária da Eletrobras busca com o governo um reajuste para a tarifa de energia da usina, para reequilibrar o projeto em termos econômico-financeiros e viabilizar a retomada do empreendimento, cujas obras estão paralisadas desde setembro de 2015 por falta de pagamento e irregularidades apuradas em contratos com empreiteiras, na Lava-Jato. O objetivo, segundo Barretto, é retomar as obras da usina até o início do segundo semestre de 2018 e iniciar a operação comercial em dezembro de 2022.

"A questão de sanear, reerguer, a Eletronuclear é crítica e importante. É um imenso desafio. E um eixo desse desafio é a retomada de Angra 3", afirma o executivo. "É objeto de negociações hoje no governo a fixação de uma tarifa mais adequada como um dos vetores para a retomada de Angra 3", completou ele, em sua primeira entrevista no cargo, que assumiu em julho de 2016, ressaltando a sintonia existente hoje entre a Eletronuclear, a Eletrobras, o ministério de Minas e Energia (MME) e outras autoridades do setor, para encontrar uma solução para retomar o projeto.

A tarifa de Angra 3, atualizada a valor de junho de 2016, está em R\$ 222,18 por megawatt-hora. O valor, por exemplo, é inferior aos R\$ 224/MWh referentes a Angra 1 e 2, reajustados no fim do ano passado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Eletronuclear aguarda para março uma decisão favorável pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para a retomada da usina. A partir daí, a empresa terá um ano e meio para fechar a negociação com potenciais parceiros internacionais para a conclusão das obras civis e os serviços de montagem eletromecânica da terceira usina nuclear brasileira.

Estão no páreo a China National Nuclear Corporation (CNNC), a francesa EDF, a sul-coreana Korea Electric Power Corporation (Kepco) e a russa Rosatom. Com relação à CNNC, a Eletronuclear assinou no fim do ano passado um memorando de entendimentos para estudar o projeto e discutir uma possível participação conjunta. A estatal, porém, também tem um termo de confidencialidade assinado com a EDF, que permite à francesa analisar os números de Angra 3.

"Teremos que recompor essa estrutura contratual e, ao que tudo indica, com outras empresas. Há certa dificuldade de encontra-las com porte adequado no mercado brasileiro no 'timing' que precisaríamos. Temos de forma pró-ativa buscado contatos com empresas estrangeiras que possam se associar, numa primeira abordagem, em Angra 3 como contratados", explicou Barretto.

"No caso dos chineses, onde temos conversas bastante adiantadas, pela grande capacidade deles de atrair bancos oficiais chineses num pacote integrado e trazer também financiamento para investimentos remanescentes de Angra 3, torna-se um solução muito interessante. Claro que não estamos em negociação exclusiva com os chineses, apenas digamos que, no caso da CNNC, eles foram muito rápidos. E nós assinamos um memorando de entendimentos", completou o executivo.

Segundo ele, o contrato de prestação de serviços para Angra 3 é interessante para as companhias estrangeiras por ser uma espécie de porta de entrada para o setor no Brasil. De acordo com ele, estudos preliminares do Plano Nacional de

Energia (PNE) 2050, do MME e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), preveem a construção de outras seis usinas nucleares, de 1 mil megawatts (MW) de capacidade cada, até o fim do período.

Na avaliação de Barretto, a necessidade de construção de novas usinas nucleares no Brasil é uma questão de lógica. Principalmente após o arquivamento, pelo Ibama, do licenciamento do megaprojeto hidrelétrico do Tapajós (PA), o potencial de expansão hidrelétrica do país está escasso, o que demanda a implantação de outras fontes de energia de base, como a nuclear. "Não precisamos nem fazer campanha para isso [construção de novas nucleares]", ressaltou.

Com relação à Angra 3, a Eletronuclear contratou recentemente a Deloitte para fazer uma revisão do orçamento da usina, para identificar os valores necessários para terminar a obra, que está com índice de conclusão de 62%. O último dado conhecido até então era referente a setembro de 2015, quando haviam sido calculados investimentos já realizados de R\$ 5,3 bilhões, de um total previsto na época de R\$ 17 bilhões, em valor atualizado a junho de 2015. A usina terá 1.405 MW de capacidade.

Segundo Barretto, apesar de ser do mesmo modelo, Angra 3 será uma usina melhor que Angra 2, pois terá aperfeiçoamentos em alguns aspectos. Angra 2 é tida como uma das mais eficientes e seguras usinas nucleares do mundo. Em 2016, Angra 1 e 2 bateram recorde de geração em ano com parada de reabastecimento de combustível. As duas usinas geraram 15,9 milhões de megawatts-hora (MWh), volume capaz de atender 7 milhões de habitantes durante um ano inteiro, ou o equivalente ao consumo, pelo mesmo período, de Santa Catarina ou Goiás.

Paralelo ao projeto de Angra 3, a subsidiária da Eletrobras está trabalhando na licitação para a contratação da empresa que será responsável pela construção do terminal de armazenamento a seco dos resíduos nucleares oriundos da geração de energia de Angra 1 e 2. Hoje, o resíduo é depositado em uma piscina especial. No caso de Angra 2, essa solução terá sua capacidade esgotada em julho de 2021. Para Angra 1, o esgotamento é previsto para dezembro de 2021.

Barreto prevê que a licitação seja concluída e o contrato homologado até maio deste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito****Título: Eletronuclear vai pedir indenização por corrupção**

A Eletronuclear pretende pedir o ressarcimento por prejuízos causados por empresas contratadas e administradores da estatal presos na operação Lava-Jato, por irregularidades em contratos relativos à usina de Angra 3, afirmou o presidente da companhia, Bruno Barretto. A medida é semelhante ao que tem sido feito pela Petrobras com relação aos contratos de seus projetos investigados na força-tarefa da Polícia Federal e do Ministério Público.

"Temos alguns escritórios nos apoiando nesse sentido. Nós entendemos que é um próximo passo. Depois de essa crise ter ocorrido e que ela efetivamente afetou os negócios da empresa e as demonstrações financeiras da empresa. E afetou, também por nossa causa, o valor de mercado da Eletrobras. É dever meu e da minha diretoria buscar, dentro dos mecanismos que a Justiça nos oferecer, a reparação pelos danos causados. Reparação junto às empresas que foram arroladas nessa operação e que trabalhavam para a gente e junto aos administradores cuja culpa está sendo mostrada em processos legais. O prejuízo causado foi muito grande para ser deixado de lado. Não há essa hipótese", disse Barretto.

Funcionário de carreira da Eletronuclear, Barretto foi superintendente de planejamento estratégico da Eletrobras. Ele assumiu o cargo em julho de 2016, após o afastamento de Pedro Figueiredo, por decisão judicial, para evitar interferência nas investigações da operação Lava-Jato.

Angra 3 foi considerado o epicentro da Lava-Jato no setor elétrico. O então presidente Othon Pinheiro foi preso em julho de 2015, na 16ª fase da operação Lava Jato, chamada de "Radioatividade". Exatamente um ano depois, Pinheiro, que estava em prisão domiciliar, foi preso novamente na operação "Pripyat", desdobramento da operação anterior e que apurou crime de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro.

Segundo Barretto, a Eletronuclear tem buscado implementar melhorias no mecanismo de conformidade a partir do que tem sido apurado pelas investigações da Polícia Federal e também pelas investigações internas que foram conduzidas pelo escritório Hogan Lovells, contratado pela Eletrobras.

Um aspecto favorável, destacou, é que a companhia já possui uma rigorosa cultura de segurança operacional, característica do setor de energia nuclear, e que este pode ser um caminho para implantar melhorias na cultura de

conformidade na empresa. "Aquilo que já era entendido na operação das usinas agora está vindo com outra roupagem, mas muito semelhante, para a gestão de um modo geral. É de certa forma é um facilitador".

O executivo lembrou que assim que assumiu o cargo foi criada uma superintendência de governança, controles internos, gestão e conformidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Expectativa sobre renovação de usina puxa ações da Cesp

A possibilidade da Cesp renovar a concessão da usina de Porto Primavera, o que elevaria seu valor no processo de privatização, levou as ações da Cesp a subir mais de 8% na sexta-feira.

O Valor apurou que o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, durante encontro fechado com investidores em São Paulo, teria sido questionado sobre a proposta da Cesp de utilizar um artigo da Lei 13.360 de 2016 (de conversão da MP 735) para prorrogar a concessão da usina. Ele respondeu que o trâmite nesses casos não deve ser demorado. Segundo relatos de fontes com conhecimento da reunião, o ministro disse ainda haver um estudo jurídico avaliando essa possibilidade. A notícia animou os investidores e as ações preferenciais classe B (PNB) fecharam com alta de 8,4%, a R\$ 15,10. O Ibovespa fechou em queda de 0,47%

O artigo em questão define que, no caso de empresas estatais, "é facultado à União outorgar contrato de concessão pelo prazo de 30 anos associado à transferência de controle de pessoa jurídica prestadora do serviço", desde que a licitação seja feita até 28 de fevereiro de 2018 e a transferência do controle seja concluída até 30 de junho de 2018.

A concessão de Porto Primavera, que tem 1.540 megawatts (MW) de potência, vence em julho 2028. Se a concessão for renovada por 30 anos, o montante que o Estado de São Paulo deve conseguir levantar com a privatização deve ser significativamente maior, uma vez que a avaliação do preço leva em conta a projeção de geração futura de fluxo de caixa.

Além dessa hidrelétrica, a Cesp tem ainda as concessões da usina de Paraibuna, com 87 MW e vencimento em março de 2021, e Jaguari, que tem 27,6 MW e vence em maio de 2020.

A estatal contratou, depois de uma licitação, o Banco Fator para fazer a avaliação dos ativos. Terminou na sexta-feira o prazo para que o banco entregasse um laudo preliminar de avaliação dos ativos. Depois disso, a Cesp deve avaliar o material e devolvê-lo ao Fator, que vai elaborar um laudo definitivo.

Em dezembro, em um evento com investidores e analistas, o diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Almir Martins, havia afirmado que a avaliação jurídica interna da companhia tinha apontado que a lei poderia ser aplicada ao caso da Cesp.

A leitura inicial da companhia era de que teria direito a renovação das concessões por 30 anos e também ao recebimento das indenizações pelos investimentos ainda não amortizados nas usinas Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos, que foram relicitadas. A empresa pleiteia R\$ 8,25 bilhões na Justiça, sendo R\$ 6,69 bilhões de Três Irmãos, R\$ 914,8 milhões de Ilha Solteira e R\$ 646,5 milhões de Jupia.

No caso da renovação da concessão, a Cesp já declarou que espera não precisar pagar o bônus da outorga por isso. Uma possibilidade vista pelo mercado é a companhia chegar a um acordo com a União e utilizar parte das indenizações pleiteadas para abater o bônus da outorga.

Procurada, a Cesp disse que não comenta assuntos relativos à venda de ativos da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Estrangeiros sondam usinas no Brasil

Conglomerados de países emergentes e fundos de investimento estão sondando usinas sucroalcooleiras com problemas financeiros no Brasil interessados em fazer eventuais aquisições. A expectativa é de que alguns desses negócios saiam neste ano, segundo fontes ligadas às negociações. Os fundos avaliam uma incursão de curto prazo no segmento, mas há grandes grupos com atuação em outros setores que estão mirando investimentos de longo prazo diante do cenário de capacidade restrita de produção de açúcar pelos próximos anos no mundo.

Entre esses conglomerados estão o grupo Cevital, maior companhia privada da Argélia, e o Fatima, um dos maiores grupos do Paquistão. Na lista de gestoras de fundos e consultorias que vêm colhendo informações sobre usinas estão o

Amerra, o Proterra Investments Partners (que tem como um dos acionistas a Cargill), o Castllake e a RK Partners.

O Fatima está avaliando a possibilidade de adquirir a usina Madhu, atualmente da indiana Renuka, e ativos da espanhola Abengoa Bioenergia, que busca reestruturar sua dívida desde o ano passado. O grupo paquistanês - que atua no setor sucroalcooleiro em seu país, além de ter negócios de trading de commodities, fertilizantes, têxteis, mineração e energia - já tem uma relação comercial bastante próxima com a companhia indiana. Procurado, o representante do grupo no Brasil não quis comentar.

A usina Madhu deve passar por uma segunda tentativa de leilão judicial no próximo dia 23, mas até agora houve poucas consultas à base de informações que a companhia disponibilizou sobre sua unidade. Segundo fonte ligada à Renuka, é mais provável que os investidores interessados façam propostas pela totalidade dos ativos da companhia indiana no Brasil depois do leilão.

Com a Abengoa Bioenergia, a Fatima está em negociação e está em análise a possibilidade de assunção de dívidas da espanhola. Procurada, a Abengoa Bioenergia informou que tem ocorrido "levantamentos de informações por parte de possíveis investidores e compradores", mas "esclarece que até o momento não há nenhuma negociação concluída" e que, por enquanto, continua com foco para moer 6 milhões de toneladas de cana na próxima safra (2017/18).

Por sua vez, o grupo Cevital já demonstrou interesse em companhias do setor, como a Usina São Fernando, da família do empresário José Carlos Bumlai e que está em recuperação judicial. A companhia argelina é dona da maior refinaria de açúcar do mundo e atua em diversos segmentos do agronegócio, da indústria e do setor automotivo em vários países da Ásia e da Europa. Procurado, o representante do Cevital no Brasil preferiu não comentar.

Esse apetite, porém, não é unânime. A Cofco Agri, controlada pela estatal chinesa Cofco e que já tem quatro usinas em São Paulo, chegou a prospectar negócios no ano passado, inclusive com a Renuka, mas desistiu do negócio. Ao Valor, Marcelo Andrade, presidente global de açúcar da Cofco Agri, disse que a empresa está focada em preencher com cana a capacidade de suas usinas e que os preços atuais de venda dos ativos estão "fora da realidade".

As mesmas usinas também estão sendo cortejadas por fundos de investimento. O Proterra Investments Partners e o Castllake já assinaram acordo de confidencialidade para acessar a base de dados a respeito da usina Madhu, o que significa que eles têm interesse em dar lance no leilão, embora não seja uma garantia de que isso ocorra.

O Proterra já fez sua primeira incursão no segmento em 2016, quando assumiu o Grupo Ruetter, após a gestora de recursos Black River acertar a aquisição em 2015. Já a entrada do Castllake seria uma novidade para o setor. Procurado, o Proterra não quis se manifestar, enquanto representantes do Castllake não retornaram os pedidos de entrevista.

A brasileira RK Partners, que tem uma joint venture com a Cerberus Capital Management (uma das maiores gestoras de private equity do mundo) especializada em negócios com ativos "distressed" (depreciados), entrou em contato com representantes da Renuka para avaliar uma possível aquisição de ativos.

O Amerra é outro fundo que desde 2016 tem indicado interesse em aquisição no Brasil. O alvo é a Usina São Fernando. Contudo, as tratativas encontraram uma barreira desde que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) suspendeu a assembleia de credores da usina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Preço dos ativos é fator de atração

O interesse de novos investidores em usinas sucroalcooleiras do país pode levar a um aumento nas operações de fusão e aquisição no setor neste ano em relação a 2016, mas a falta de oferta de cana-de-açúcar, decorrente dos baixos investimentos nas lavouras nos últimos anos, pode limitar o valor das transações.

"Há uns cinco ou seis negócios para sair neste ano", avalia Luis Felipe Trindade, diretor de finanças corporativas da consultoria Czarnikow.

A persistência das dificuldades financeiras de algumas usinas tornou seus ativos "baratos" para potenciais interessados, principalmente diante da falta de investimentos para expandir a capacidade de produção no mundo, em um mercado em que a demanda cresce a um ritmo constante de 1% a 2% todo ano.

No ano passado, o valor dos ativos negociados foi bem menor do que no "boom" do início da década. Estudo realizado a pedido do Valor pela consultoria EXM Partners indica que o valor das aquisições fechadas em 2016 por tonelada de cana que a usina é capaz de moer ficou entre R\$ 62,70 e R\$ 229,40, ou US\$ 19,10 a US\$ 67,90.

Nada comparado aos níveis de 2010, segundo Ângelo Guera Netto, sócio da EXM. "Aquela euforia fez com que negócios fossem fechados a US\$ 116 por tonelada. Por mais que se recuperem negócios agora, não voltaremos ao mesmo patamar", diz. Ele avalia que o valor dos próximos negócios pode ir a US\$ 75 por tonelada de capacidade instalada. Segundo Netto, os fundos, que têm visão de curto prazo, estão avaliando aquisições "com um prazo de saída de uns três anos, a um preço de US\$ 85 a tonelada.

Há no mercado, contudo, quem acredite que os negócios não deverão superar os US\$ 60 a tonelada, já que muitas usinas à procura de compradores - mesmo com um bom potencial de moagem - não têm oferta de cana suficiente para garantir níveis "satisfatórios" de produção de açúcar e etanol. Além disso, as incertezas políticas e a falta de crédito "devem manter os preços dos ativos baixos", avalia Netto.

Trindade, da Czarnikow, diz que há uma pressão crescente para que negócios com usinas com alto passivo financeiro sejam feitos com deságio na dívida. "A transação típica é assumir a dívida, o que pode incorrer em 'haircut', enquanto o capital é mais direcionado ao próprio negócio, em linhas de capital de giro".

A maior parte dos negócios no ano passado ocorreu por meio de leilões judiciais ou pela decisão da Petrobras de sair do segmento para focar em petróleo.

Encaixam-se no primeiro caso as aquisições das usinas da Infinity Bioenergia pelas gestoras de fundos americanas Amerra e Carval e a compra de uma unidade da Unialco pela trading suíça Glencore. No caso das vendas feitas pela Petrobras, houve a alienação da participação na Nova Fronteira à São Martinho e da participação na Guarani à francesa Tereos.

O único negócio que fugiu a essa tônica foi a saída da americana ADM da usina em Limeira do Oeste (MG). A unidade foi vendida para a JFLim Participações, de um fundo gerido pela BRL Trust Investments, a um valor não revelado.

MME / ASCOM